

A FACE OCULTA DAS BASES DE DADOS ESTRANGEIRAS E INTERNACIONAIS

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA

Departamento de Biblioteconomia e Documentação
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, SC

Resgata discussão ocorrida durante as aulas, no 1º CEIT, sobre a utilização das bases de dados estrangeiras e internacionais pelos países periféricos.

1. INTRODUÇÃO

Durante o segundo semestre de 1983, o Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Santa Catarina teve oportunidade de realizar o primeiro Curso de Especialização em Informação Tecnológica (CEIT) desenvolvido no Brasil, mercê de convênio e assistência financeira do CNPq/IBICT, MEC/CAPES e MIC/STI.

Dentro da programação do curso havia um tópico intitulado Obras de Referência, em cujo bojo se abriu uma discussão bastante significativa sobre a questão das bases de dados estrangeiras e internacionais, discussão essa que conduziu a preocupações nada desprezíveis, porquanto encaradas do ponto de vista da informação tecnológica.

2. A PROBLEMÁTICA DAS BASES DE DADOS

Num primeiro momento deve-se encerrar o que significa **informação tecnológica** sob a ótica da Federação Internacional de Documentação, e, a partir desse ponto-chave, tentar resgatar a discussão deveras oportuna no contexto deste Encontro Nacional de Biblioteconomia e Informática.

Para a FID, a **informação tecnológica** "é definida como qualquer tipo de conhecimento relevante para operar uma empresa: técnica, econômica, de mercado, gerencial, social, etc."¹. Isto é, a **informação tecnológica** não tem uma face apenas. Sua extensão cobre todas as áreas, confundindo-se necessariamente com tudo o que realiza um país industrializado ou um país periférico. Não existem, em princípio, acentuadas diferenças. Quando se fala em **informação tecnológica**, fala-se desse caudal básico que sustenta uma sociedade funcionando, e que repre-

senta o conjunto de instruções existentes sobre como operar o quê. Não se fala, em princípio, da informação industrial, mas também dela. O que difere fundamentalmente do país industrializado para o país periférico são os meios utilizados, incluindo-se aí os recursos humanos e os recursos materiais.

Esses recursos humanos, especializados, capacitados adequadamente para sustentar o desenvolvimento dos países industrializados, ao realizarem seu trabalho não só produzem fatos científicos mais modernos, fatos tecnológicos mais modernos, como materializam tais fatos mais rapidamente. Por motivos belicosos² ou não, a verdade é que geram vários produtos anos antes de eles poderem ser utilizados pelos países periféricos e com procedimentos mais dinâmicos que aqueles que esses países podem utilizar.

Apenas em caráter ilustrativo, a tabela a seguir demonstra o distanciamento em que se encontra o cientista dos países subdesenvolvidos quanto à sua contribuição intelectual em forma escrita, tanto em volume absoluto de contribuição quanto em termos do percentual de rejeição de seus *papers*, por erros demonstráveis ou falta de originalidade. Tal distanciamento é verificado em uma das áreas onde se considera que alguns países periféricos já desenvolveram alguma coisa de positivo como geração de conhecimento novo*.

Ora, numa primeira visão o quadro torna patente uma coisa indiscutível: o país periférico não está utilizando grande quantidade de informação nova, por motivos evidentes. Isto certamente provoca a questão: esse problema não é superável? A resposta óbvia, concreta, imediata, é sim. Claro, há condições de solucionar tal problema, se os países periféricos passarem a utilizar os canais da moderna comunicação, aí se incluindo as bases de dados, que não apenas agilizam respostas, mas também fornecem grande massa de referências.

Nesse ponto surge o principal questionamento, que gira em torno do aguçamento da dependência desses países periféricos. Não apenas porque demonstra que estejam sujeitos a maior comprometimento de divisas, ou a possíveis boicotes internacionais em momentos conturbados (vide Irã)³, mas principalmente porque, sob condições de plena normalidade e paz internacional, seus interesses internos estão sendo divulgados e são captados sabiamente pelos fornecedores de informação.

Parece prosaico o questionamento, mas não é absurdo. Como nas nossas bibliotecas a estatística sobre empréstimos fornece dados que permitem ao administrador aferir as áreas com maior frequência de utilização, também as agências e/ou empresas operadoras das bases de dados ficam conhecendo, como decorrência dos atendimentos realizados, as áreas de interesse de avanços tecnológicos dos países periféricos. Assim, poderão criar mecanismos de sonegação da informação essencial; poderão vender a determinados grupos econômicos, nos países industria-

* No caso do Brasil, um país periférico, há notáveis pesquisadores na área de Física, com contribuições novas, como o Professor Mário Schenberg, entre outros.

TABELA 1 — AVALIAÇÃO EDITORIAL DOS PAPERS SUBMETIDOS A PUBLICAÇÃO, POR ÁREAS GEOGRÁFICAS ESPECÍFICAS (ARTIGOS SUBMETIDOS ENTRE 1968-1974 A DUAS IMPORTANTES REVISTAS DE FÍSICA)

AVALIAÇÃO EDITORIAL	NACIONALIDADE DOS AUTORES					
	REINO UNIDO	EUROPA OCIDENTAL	AMÉRICA DO NORTE	AUSTRÁLIA	RESTANTE DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS	PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS
Número de papers submetidos	1000	110	472	188	159	142
Rejeitados (%)	13,9	35,5	20,1	18,6	13,2	57,0
RAZÕES DA REJEIÇÃO						
Erros demonstráveis	27,6	33,3	33,5	39,0	38,9	43,6
Falta de originalidade	33,7	29,0	27,2	25,6	27,8	44,0

Fonte: Gordon, Michael D. Deficiencies of scientific information access and output in less developed countries. *J. Amer. Society for Information Science*, 30 (6): 340-342, Nov. 1979.

lizados, os indicadores dos caminhos perseguidos pelos países periféricos; esses grupos econômicos poderão criar equipes de pesquisadores para gerar patentes em áreas perseguidas pelos países periféricos e registrá-las nos serviços de propriedade industrial desses países, com o objetivo concreto de impedir a emergência de tecnologias nacionais protegidas. Isto acontece sob pleno estado de normalidade e paz internacional. E funciona como uma forma bastante eficaz de aprofundamento da dependência, na medida em que os países periféricos, ao utilizarem tais bases de dados (à distância), fornecem informações internas estratégicas, com o agravante de ainda estarem pagando para fazê-lo.*

É claro que apenas por isso não se vai recomendar a não utilização desse mecanismo, mas que a sua utilização seja feita como último recurso, e não como uma panacéia. Porque, efetivamente, não é uma panacéia. É muito mais o veneno que fará sufocar mais ainda os países periféricos. E, se este é o principal acontecimento relacionado ao uso das bases estrangeiras, não deixa de sê-lo também com relação às bases internacionais (INIS, AGRIS, etc.) que, vestidas com a máscara de uma ação cooperativa internacional, com patrocínio dos diversos países interligados ao sistema das Nações Unidas, jamais se furtarão a atender às pressões ou ações dos países industrializados. Estes, ainda que não agissem diretamente forçando uma utilização diferenciada das bases de dados, têm, entre suas vantagens, o fato de sediarem as instituições que armazenam esses dados internacionais (AGRIS = FAO - Roma, INIS = AIEA - Viena) e dispõem de técnicos e equipamentos que podem ser utilizados para esse tipo de pesquisa, ao mesmo tempo em que os países periféricos mal dispõem de recursos para recuperar o que imaginam inadiável e importante para um determinado momento.

Esse quadro de preocupação deverá ou deveria se acentuar na medida em que aumentam os atrativos para a maior utilização das bases internacionais, com barateamento de custos e assistência técnica para reorganização ou modernização dos sistemas nacionais de informação⁴, pois a existência de tais sistemas, atrelados a um conjunto internacional, ligados em linha direta, é simplesmente o melhor mecanismo de dominação hoje utilizado pelos países industrializados, a partir do deslocamento do eixo de poder. Até há algum tempo, o principal instrumento de poder dos países industrializados era o capital, mas agora esse não prepondera sozinho, como instrumento de subjugação. O eixo estratégico atual está centrado na informação. O país industrializado tem muito mais segurança sobre o que exi-

* O valor disso é tão significativo para os países industrializados que qualquer tentativa que possa ser feita pelos países periféricos, no sentido de montar uma alternativa de aquisição de informação tecnológica internacional, é encarada como "grande ameaça ao mercado externo [americano]" (Galvin, Thomas. Apud. Cunha, Murilo B. da. *Bases de dados e bibliotecas brasileiras*, p. 56). Nesse mesmo sentido caminha a preocupação do Projeto de Lei HR 1.502, de 1983, apresentado ao Congresso dos Estados Unidos, objetivando manter sua hegemonia internacional nos setores que envolvam produtos, serviços e informação ligados a alta tecnologia. (*Ciência Hoje*, 3(13):118, 1984.)

gir do país periférico quanto mais conhece suas fraquezas, suas carências, seus interesses, suas aspirações, suas ambições, etc.

Tais considerações não podem deixar de ser feitas neste momento crucial no cenário internacional, onde os pactos entre os países periféricos devem ser no sentido de unir suas próprias fraquezas* e, pela soma delas, terem um pilar de sustentação que lhes permita imporem-se, evitando dependerem de sistemas cooperativos internacionais encabeçados pelos países industrializados. Devem partir para uma superação dessa dependência, que, estando embutida em todas as relações internacionais hoje pactuadas, também amarra às bases de dados, não pelo seu lado objetivo, mas pelo lado oculto, pois a propriedade de todo lado oculto é o que mais causa prejuízo.

REFERÊNCIAS

1. PANORAMA, *Ciência da Informação*, Brasília, 10(2): 79-82, jul./dez. 1981.
2. ZANDONADE, T. O uso dos computadores em Biblioteconomia no contexto de um humanismo moderno. R. *Bibliotecon. Brasília*, 12(1): 5-9, jan./jun. 1984.
3. LEMOS, A. A. B. de. A transferência da informação entre o Norte e o Sul: utopia ou realidade? R. *Escola Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte*, 12(1): 61-74, mar. 1983.
4. CUNHA, M. B. da. Uso de bases de dados por países em desenvolvimento; problemas e perspectivas. R. *Bibliotecon. Brasília*, 12(1): 25-34, jan./jun. 1984.

Abstract

The hidden face of the foreign and international databases

The author talks about the obscure aspects on the utilization of the foreign (commercial) and international databases for peripheral countries.

* Isto é uma constatação de especialistas brasileiros que trabalham com conteúdos de determinadas áreas tecnológicas. Vide: Cunha, Murilo B. da. *Bases de dados e bibliotecas brasileiras*. Brasília, ABDF, 1984. p. 139.